



## EMENDA AO PL nº 733/2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

Insira-se o seguinte Parágrafo único ao Art. 77 do Projeto de Lei nº 733/2025:

"Art.

77. ....  
.....

*Parágrafo único - Constitui infração administrativa a que se sujeita o autorizatário, observadas as responsabilidades legal, regulamentar e contratualmente atribuídas a este, não firmar instrumento normativo do trabalho com as entidades representativas de categorias diferenciadas dos trabalhadores nos portos ou deixar de renová-lo, devendo a Agência Reguladora fixar o valor da sanção administrativa a ser imposta em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais sanções legais.*

### JUSTIFICATIVA

O Parágrafo único fundamenta-se no direito constitucional à pactuação coletiva das relações de trabalho, consagrado no artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, que assegura o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. Esse dispositivo reforça a importância do diálogo social e da negociação coletiva como instrumentos essenciais para harmonizar interesses entre empregadores e trabalhadores, garantindo condições laborais dignas e justas.

A obrigatoriedade de firmar e renovar instrumentos normativos de trabalho com as entidades representativas dos trabalhadores nos portos visa a assegurar o exercício efetivo desse direito constitucional, proporcionando maior estabilidade e segurança nas relações de trabalho. Ao estabelecer sanções administrativas em caso de descumprimento, o dispositivo busca incentivar o cumprimento das normas trabalhistas e prevenir práticas que possam comprometer os direitos dos trabalhadores ou prejudicar a eficiência e continuidade das operações portuárias.

Além disso, o reconhecimento da infração administrativa protege a autonomia das entidades sindicais e promove a função social do trabalho, fortalecendo o papel das negociações coletivas na construção de um ambiente de trabalho mais equilibrado e produtivo. A atuação da Agência Reguladora na fixação das sanções

Apresentação: 08/08/2025 14:57:36.900 - PL073325  
EMC 93/2025 PL073325 => PL 733/2025  
EMC n.93/2025

\* C D 2 5 1 6 6 6 5 3 2 3 0 \*





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

administrativas reforça seu papel como garantidora do cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao setor portuário.

Por fim, o Parágrafo único contribui para o aprimoramento das relações laborais no âmbito dos portos, promovendo a valorização dos trabalhadores e o respeito aos princípios constitucionais que regem o trabalho, a cidadania e a dignidade humana.

Por fim, o dispositivo reforça o papel da Agência Reguladora como guardiã do cumprimento das normas e da preservação dos direitos fundamentais nas relações de trabalho, promovendo um ambiente portuário mais justo e eficiente.

Sala da Comissão, de de 2025

Deputado **HELDER SALOMÃO**

Apresentação: 08/08/2025 14:57:36.900 - PL073325  
EMC 93/2025 PL073325 => PL 733/2025  
EMC n.93/2025

